



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2020



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

**Atena**  
Editora

Ano 2020



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Política social e gestão de serviços sociais 2 [recurso eletrônico] /  
 Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:  
 Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: Word Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-86002-29-4  
 DOI 10.22533/at.ed.294200903

1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne  
 Nunes de.

CDD 361

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “**Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**” apresenta a continuidade da discussão presente no primeiro livro, que além de abordar aspectos relacionados a Política Social e Gestão de Serviços Sociais evidenciou o processo de trabalho do Assistente Social. O segundo livro reúne uma coletânea, ainda maior que o primeiro, composta por 29 artigos.

Na atualidade, a conjuntura brasileira tem apresentado limitações expressivas desde a elaboração até a garantia da execução das políticas sociais públicas, sobretudo pelo direcionamento do Estado. Mas, é importante salientar que existem diferentes concepções sobre Estado e Política Social, que perpassam também sobre as modificações societárias e possibilitam uma espécie de pluralidade acerca deste tema.

Aos leitores, não assistentes sociais ou envoltos a esta profissão, cabe situar que o Serviço Social é uma profissão norteada por legislações específicas e por um Código de Ética Profissional, que determina atribuições profissionais assegurando que é sua competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, mas, apresenta-se como um desafio no cotidiano profissional, sobretudo se considerarmos o contexto já exposto das políticas sociais. Por isso, é ainda mais importante a publicação de trabalhos que versam sobre esta temática, tais como aqui serão apresentados.

Este exemplar exhibe diferentes assuntos correlacionados a Política Social, mas com vieses e abordagens divergentes, fator comum a esta narrativa. Para a construção dos respectivos artigos os autores utilizaram diversas metodologias, como por exemplo, pesquisas bibliográficas, análise documental, pesquisas de campo e realização de entrevista, entre outras.

A fim de alinhar a apresentação dos estudos, novamente, optou-se pela divisão dos assuntos por blocos inter-relacionados.

O primeiro bloco trata-se do “**Estado e Políticas Sociais do Brasil: contextos, análises e discussões**” que expõe trabalhos relacionados ao Estado e a Política Social no Brasil. Inicialmente refletindo a divisão social da sociedade capitalista, a fim de subsidiar as discussões seguintes que tratam da política social e das categorias presentes em diferentes políticas públicas.

O segundo intitulado “**Política Nacional e Internacional: análises e perspectivas**” apresenta abordagem nacional e internacional, com ênfase na análise da política de guerra as drogas e no microsseguro.

E o terceiro foi nomeado “**Serviço Social Brasileiro: formação profissional e experiências do estágio supervisionado**” e trata da formação profissional do Serviço Social e expõe as experiências avindas do campo de estágio e da supervisão

acadêmica.

Já o quarto, e, último bloco, “**Serviço Social Brasileiro: mercado de trabalho e outras tendências contemporâneas da profissão**” evidencia o mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil e suas tendências, principalmente apontando o agravamento das expressões da “questão social”, os rebatimentos no processo de trabalho e outras discussões contemporâneas que perpassam esta profissão.

Por fim, e não menos importante, percebe-se que os autores deste livro advêm de diversos estados, com distintas experiências, formações profissionais e institucionais. Logo, as variadas perspectivas geram abordagens plurais, que positivamente influem no enriquecimento e na qualidade deste material. De mais a mais, espera-se que este livro acresça o debate contemporâneo da Política Social e a formação/atualização profissional dxs Assistentes Sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira



## SUMÁRIO

### ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL: CONTEXTOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

[Jamerson Murillo Anunciação de Souza](#)

[Marcelly Batista de Oliveira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009031**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 12**

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS FRENTE AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

[Mariane Rodrigues Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009032**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 23**

PROTEÇÃO SOCIAL: EXCURSO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

[Thaís Gaspar Mendes da Silva](#)

[Neide Aparecida de Souza Lehfeld](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009033**

#### **CAPÍTULO 4 ..... 34**

QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

[Paula Maria do Nascimento Masulo](#)

[Maria Dione Carvalho de Moraes](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009034**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 46**

ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

[Sara de Oliveira Sousa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009035**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 56**

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS: REFLEXOS DE UMA DESIGUALDADE DE GÊNERO

[Ariele França de Melo](#)

[Andressa Sonja Pereira de Castro](#)

[Jéssica Katariny Oliveira da Silva](#)

[Shirlany Sayonara França Bezerra](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009036**

#### **CAPÍTULO 7 ..... 63**

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

[Suzane Rodrigues da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009037**

**CAPÍTULO 8 ..... 75**

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Jinadiene da Silva Soares Moraes](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009038**

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS AO SUS E AO SUAS

[Fabiana Nunes Merhy-Silva](#)

[Eduardo Mourão Vasconcelos](#)

[Gastão Wagner de Sousa Campos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2942009039**

**CAPÍTULO 10 ..... 103**

OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)

[Maria Roberta Medeiros Angelim](#)

[Sandra Amélia Sampaio Silveira](#)

[Lúcia Maria Patriota](#)

**DOI 10.22533/at.ed.29420090310**

**CAPÍTULO 11 ..... 115**

AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E A PERSPECTIVA NEOCONSERVADORA E OS DESMONTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

[Adriano Pereira Basilo de Oliveira](#)

[Moisés Maia Rangel](#)

**DOI 10.22533/at.ed.29420090311**

**CAPÍTULO 12 ..... 128**

GESTÃO PEDAGÓGICA PARTICIPATIVA EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

[Simone Martiningui Onzi](#)

[Daianny Madalena Costa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.29420090312**

**CAPÍTULO 13 ..... 143**

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[Eliana Almeida Soares Ganam](#)

[Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.29420090313**

**POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ANÁLISES E PERSPECTIVAS**

**CAPÍTULO 14 ..... 155**

A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO

[Mayara Maria Alonge dos Santos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.29420090314**

**CAPÍTULO 15 ..... 170**

ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MICROSSEGURO EM PORTUGAL

Vitor Miguel Monteiro Marques

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.29420090315

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIAS  
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**CAPÍTULO 16 ..... 184**

ENTRE NÓS E FIOS: REFLEXÕES SOBRE OS ENTRAVES E ESTRATÉGIAS PARA A  
REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Márcia Toledo Salvaia

DOI 10.22533/at.ed.29420090316

**CAPÍTULO 17 ..... 194**

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE DISCENTES INSERIDOS NO ESTÁGIO  
CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

Franciele Santos Mendonça

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.29420090317

**CAPÍTULO 18 ..... 208**

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM  
PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros

Gabriellen da Costa Lourenço

Hegles Pereira do Nascimento

Nathália de Jesus Januário Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.29420090318

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: MERCADO DE TRABALHO E OUTRAS  
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PROFISSÃO**

**CAPÍTULO 19 ..... 217**

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-  
POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Ivelize Oliveira Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.29420090319

**CAPÍTULO 20 ..... 231**

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA  
CONTRARREFORMA: DO DOMÍNIO ÀS POSSIBILIDADES DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Giliane Alves de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.29420090320

**CAPÍTULO 21 ..... 243**

INDICADOR: UM DESAFIO POSSÍVEL PARA A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO



## SOCIAL

Roberta Vilela Moreno  
Vânia de Sousa Costa  
Neide Anselmo de Oliveira  
Maria Teresa Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro  
Elaine Fonseca Amaral da Silva  
Virgínia Corrêa Pinheiro  
Kátia Campos dos Anjos  
Angela Maria Agostinho de Melo  
Andreia Santos Cordeiro

**DOI 10.22533/at.ed.29420090321**

## **CAPÍTULO 22 ..... 254**

TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES INICIAIS AOS INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS

Carlos Antonio de Souza Moraes  
Gabriela Mendes Moreira Schocair

**DOI 10.22533/at.ed.29420090322**

## **CAPÍTULO 23 ..... 269**

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura  
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

**DOI 10.22533/at.ed.29420090323**

## **CAPÍTULO 24 ..... 282**

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU! REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE DUQUE DE CAXIAS

Liandra Lima Carvalho  
Aine Layza Ferreira de Lima Franco  
Amanda Silva Pereira  
Andrew da Silva Pinheiro Santos  
Bruna da Silva Costa  
Celeide Blanco Ferreira  
Cristiane de Faria Mariano  
Fabiana Gonçalves da Silva  
Glaucia Vianna dos Santos  
Isamara Dias dos Santos  
Michelle da Silva Pereira Charret  
Noemi Carvalho de Lima  
Roselene Thomaz Cardoso de Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.29420090324**

## **CAPÍTULO 25 ..... 293**

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ

Sueli do Nascimento  
Geovana Nogueira da Silva Cappelle do Valle  
Rafaela Bastos  
Thaína Guadepule Simões

**DOI 10.22533/at.ed.29420090325**

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>306</b>
SERVIÇO SOCIAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	
<a href="#">Mayra Hellen Vieira de Andrade</a> <a href="#">Maria Gabrielle Chaves</a> <a href="#">Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento</a> <a href="#">Maria Gabriella Florencio Ferreira</a> <a href="#">Laianny Cordeiro Silva de Souza</a> <a href="#">Thayane de Vasconcelos Soares</a> <a href="#">Nathália Pereira Paredes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29420090326</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>313</b>
CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA	
<a href="#">Gisele Justiniano de Faria Martins</a> <a href="#">Aurea Bastos Davet</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29420090327</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>326</b>
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO SÓCIO JURÍDICO	
<a href="#">Gabriela Santos Gomes</a> <a href="#">Pedro Leonardo Cedrola Vieira</a> <a href="#">Karolayne Gomes Ferreira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29420090328</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>338</b>
A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS	
<a href="#">Ana Lucia Oliveira Ramos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29420090329</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>350</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>351</b>

## QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

*Data de aceite: 25/02/2020*

*Data da Submissão: 10/12/2019*

### **Paula Maria do Nascimento Masulo**

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – PI

<http://lattes.cnpq.br/6830981272178954>

### **Maria Dione Carvalho de Moraes**

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – PI

<http://lattes.cnpq.br/5597163619613255>

A primeira versão deste artigo foi apresentada no VI Seminário Internacional e IV Simpósio Internacional de Pesquisadores/as da Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, de 02-06/09/2019. Esta versão sofreu modificações, para publicação neste livro.

**RESUMO:** Questão social, como categoria da modernidade, tem sido entendida como expressão de problemas econômicos e sociais associados ao surgimento da classe operária, tomando-se como referência mudanças trazidas pela Revolução Industrial. Traduz uma aporia fundamental que põe em cheque a capacidade de uma sociedade reconhecer e lidar com conflitos fundantes, como o de

classes, entre capital e trabalho, os quais são recriados na história, trazendo novos desafios. Na atualidade do capitalismo mundial, a questão social ganha novos contornos que exigem novas pautas coletivas da classe trabalhadora. No Brasil, impõe-se entender as peculiaridades da questão social, com vistas a uma melhor compreensão de como a classe trabalhadora vivencia embates semelhantes ao de outros (as) trabalhadores(as) em cenários mundiais, lutando, sobretudo, contra a flexibilização de direitos trabalhistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão social. Sujeitos. Realidade brasileira.

### CURRENT SOCIAL ISSUE AND NEW CHALLENGES WORKERS IN BRAZIL

**ABSTRACT:** The social question, as a category of modernity, has been understood as an expression of economic and social problems associated with the emergence of the working class, taking as reference, changes brought about by the Industrial Revolution. It reflects a fundamental difficulty that calls into question the ability of a society to recognize and deal with fundamental conflicts, such as class, between capital and labor, which are recreated in history, bringing new challenges. In today's world



capitalism, the social issue gains new contours that demand new collective guidelines of the working class. In Brazil, it is necessary to understand the peculiarities of the social issue, with the purpose to a better understanding of how the working-class experiences similar clashes with other workers in world scenarios, fighting, mainly, against the flexibilization of labor rights.

**KEYWORDS:** Social question. Subjects. Brazilian reality.

## 1 | INTRODUÇÃO

A realidade atual da classe trabalhadora assalariada, como sujeito coletivo da sociedade capitalista, pela ótica da questão social, remete a cenários históricos que compõem uma trajetória que vai do seu surgimento a mudanças nas relações entre capital e trabalho. Sem dúvida, é com foco nas ordenações do modo de produção capitalista mundial que voltamos a atenção para a sociedade brasileira, em que as relações entre capital e trabalho, embora guardando especificidades, têm sido marcadas por transformações, no âmbito do “sistema-mundo” (WALLESTEIN, 2012), cuja lógica predominante é a do liberalismo econômico. No caso brasileiro, desaguando, especialmente, nas reformas trabalhistas implementadas em 2017, inclusive, a Lei de Terceirização Irrestrita<sup>1</sup>. Mas, a questão social no Brasil pode ser resumida ao contexto das relações entre capital e trabalho assalariado?

A questão social, em seu sentido universal, tem sido entendida como “[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo no curso da constituição da sociedade capitalista” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21), tomando-se como referência as mudanças trazidas pela Revolução Industrial. Como diz Castel (1996), trata-se de uma aporia fundamental, a partir da qual uma sociedade interroga-se a respeito de sua coesão, buscando enfrentar o risco de fratura. Tal desafio põe em cheque a capacidade de existência de uma sociedade, como conjunto de relações de interdependência. Tal definição, algo abstrata, pode ser ilustrada pelos primórdios da industrialização, quando a questão social “[...] foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830” (CASTEL, 2013, p.30).

A Revolução Industrial, emergindo na Inglaterra, no Século XVIII, deslocaria o eixo matricial das riquezas, que tinha a terra e os processos de manufatura como provedores de bens e serviços, cuja base era o trabalho servil, para novos métodos de produção, com o concurso da invenção/utilização de máquinas que revolucionaram o modo de produzir essas riquezas. Invenções que se disseminaram, varreram a Europa e, progressivamente, outras partes do mundo, em compasso inexorável,

---

<sup>1</sup> Lei nº 13.429/2017, sancionada (com três vetos), em 31 de março de 2017 pelo, então, presidente Michel Temer. Essa Lei altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre trabalho temporário

irretroativo, demolindo paradigmas vigentes, e redesenhando o mapa mundial a partir do novo jeito de produzir, acumular e lucrar das economias existentes e vicejantes. Nesse processo, a sociedade passou por grandes transformações em sua substância humana (WOOD, 2001). A força de trabalho, concebida como “trabalho livre”, tornar-se-ia, ela própria – sob o “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2013, p.148) – uma mercadoria que está na base de produção de outras tantas.

Nessa direção, o foco do que a literatura especializada denomina questão social recai no surgimento da classe operária, no processo de venda da força de trabalho para o novo sistema econômico capitalista, que extirpou antigas relações de servidão, de vassalagem, de escravidão, e outras. Tudo isso redundaria na transformação dos(as) trabalhadores(as), sujeitos do labor, em metamorfoses que os(as) mimetizariam a novas realidades de sustentação das economias, de si mesmos(as), e de suas famílias, em imperativos de sobrevivência e de suas humanidades e dignidades. Nessa ótica, a questão social seria um fenômeno advindo do capitalismo que cria o operariado, e os consequentes efeitos do impacto da onda industrializante, considerando, sobretudo, que “[...] a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...]” (PAULO NETTO, 2001, p.42).

Isso equivale a dizer que a questão social é uma das faces da relação entre capital e trabalho assalariado. Sua base encontra-se no conflito incontornável que norteia a relação desigual que proporciona e acumula lucros de quem detém a propriedade e o controle dos meios de produção, com base na venda da força de trabalho humano, cujo pagamento dá-se em descompasso ao produzido, gerando, como disse Karl Marx (2013), a mais-valia.

A extração dessa força de trabalho dos sujeitos em distanciamento de suas humanidades constitui um processo de alienação (MARX, 2001), presente na lógica de acumulação capitalista, e que se reproduz nas dinâmicas que alimentam a cadeia de produção de riquezas do capital (BOSCHETTI, 2018), em suas diferentes personificações e escalas funcionantes. Na análise desse sistema, Marx (1849) argumenta contra a ilusão de o capitalista comprar trabalho com dinheiro, chamando a atenção sobre isto ser apenas aparência. Diz: “[...] na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar operários durante o tempo estipulado” (MARX, 1849, p.11).

Com base no exposto, o que se denomina questão social, aqui referida em um alto nível de abstração, tem sua gênese nos marcos temporais do trabalho assalariado, definitivamente instaurado com as revoluções burguesa e industrial

cuja racionalidade incorpora constantes processos de mudanças de base tecnológica. No entanto, as continuadas inovações tecnológicas não se reverterem, de forma massiva, em proveito da classe trabalhadora em termos de desalienação, portanto, de geração de humanidades em termos de integralidade de bem-estar material, social, físico e psíquico. De fato, o substrato do processo de acumulação não se encerra na satisfação das necessidades humanas, voltado que está para a permanente busca de valorização do próprio capital, através da geração de excedentes necessários à sua reprodução.

Dessa forma, diz Paulo Neto (2001), vê-se a anatomia da questão social no processo de preservação da finalidade primeira do capital, em sua gênese, que é reproduzida de forma racional, maximizando lucros no rebaixamento de custos, para garantir sua perpetuação<sup>2</sup>. Na ponte dos séculos, a questão social explica-se, hoje, em suas derivações multicolaterais de exclusão social, em matrizes da pobreza e desigualdades sociais (TELLES, 1995), desafiando-nos à sua compreensão no mundo e no Brasil.

Nessa direção, este artigo, com base em pesquisa bibliográfica (FURLAN, 1987; LIMA; MIOTO, 2007; GARCIA, 2016) e documental (SPINK, 2000; MAY, 2004; CELLARD, 2008), é estruturado a partir desta introdução seguida de duas seções. A primeira delas expõe alguns elementos de uma breve trajetória da questão social no Brasil, até o limiar do século XXI; a segunda aborda o contexto atual de profundas mudanças no mundo do trabalho, a nova cara da questão social e os novos desafios a trabalhadores e trabalhadoras.

## 2 | BREVE TRAJETÓRIA DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O Brasil insere-se nos cenários de mudanças do modo de produção capitalista, de forma tardia, uma vez que, em plena Revolução Industrial, ainda era detentor de um sistema de trabalho escravo cuja força de trabalho era movedora das economias da Colônia (FRANCO, 1997). Pressionado pelas próprias economias industriais modernas, em especial a Inglaterra, teve que adaptar seu sistema de produção a mudanças na direção do que se denomina trabalho livre assalariado. Assim, inicia um processo econômico calcado na contratação de pessoas livres, sobretudo, de uma força de trabalho constituída de imigrantes europeus pobres e, em menor escala, pessoas egressas do trabalho escravo, embora com sérias reservas de base racista. Assim, de fato, “[...] as escolhas que se colocavam no horizonte desses sujeitos incluíam, além do assalariamento, a mendicância, a ‘vadiagem ou mesmo a ladroagem, largamente utilizadas como formas de resistência às novas relações sociais emergentes” (SANTOS, 2012, p.34).

<sup>2</sup> Sobre a questão social e suas metamorfoses, ver Santos (2012).



No Brasil, diz Ianni (2004), a questão social permeou a formação da sociedade nacional, a partir do processo de escravidão. Para esse autor, “[...] é claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa [...] a questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IANNI, 2004, p.88). Por esse prisma, a questão social, no Brasil, está vinculada de forma concreta às raízes fundantes da economia nacional que vicejou em meio à negação de direitos a sujeitos do labor, os (as) escravizados(as).

Mas, há quem mantenha, no caso brasileiro, a concepção que articula a questão social a trabalho assalariado, a exemplo de Cerqueira Filho (1982), para quem seria no capitalismo nascente, mormente na sua personificação industrial, que a questão social “[...] aparece como um problema concreto no Brasil e, de resto, no mundo, no quadro do processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista e do surgimento do operariado e da fração industrial da burguesia” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.57).

Consideramos que, embora tratando do trabalho assalariado nas contradições iminentes ao capital e ao trabalho, e reconhecendo que a questão social ganhou materialidade no processo de industrialização do país, concordamos com Ianni (2004) quanto à incontornável realidade do trabalho escravo no Brasil na compreensão do que se denomina questão social, uma vez que a própria constituição de um operariado brasileiro não pode ser entendida sem referência à força de trabalho escravizada e à imigrante, como referimos, embora de forma breve, na introdução.

Sem nos determos a uma análise da questão social, nos meandros do sistema escravocrata, o que requereria uma envergadura que escapa aos limites deste artigo, tomaremos o que é indicado na literatura: a forte presença do movimento operário, ainda na Primeira República (1890/1930). O marcador dessa luta operária foi a primeira greve no setor fabril, em 1917. A atuação sindical, marcada fortemente pela presença de imigrantes estrangeiros(as), em suas lideranças, “[...] era essencialmente econômica, ou seja, limitava-se a reivindicar melhorias para os trabalhadores por meio da organização e da ação direta, sobretudo as greves” (TOLEDO, 2004, p.117). Esses “[...] operários tinham que enfrentar a repressão comandada por patrões e pelo governo [...] e a ação da polícia raramente se mostrava neutra nos conflitos entre patrões e operários” (CARVALHO, 2003, p.59).

Nessa atmosfera, a questão social materializava-se nos conflitos que permeavam as relações capital/trabalho, cuja legislação trabalhista ainda era embrionária e as greves eram vistas como ilegais e subversivas, sendo reprimidas pelas forças policiais, mesmo que motivadas pelos baixos salários praticados e pela precariedade das condições de higiene, de saúde e de segurança nos ambientes de trabalho. Na efervescência da implantação do parque industrial brasileiro, a

prioridade, por parte do Estado, não se encontrava no reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais do operariado, mas tão somente em proteger o capital. Como diz José Murilo de Carvalho (2003), no contexto, apenas algumas medidas foram timidamente adotadas no campo da legislação social. A maioria dessas medidas foram implantadas somente após 1919, quando o Brasil tornou-se membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e signatário do Tratado de Versalhes, num cenário nacional marcado por tensionamentos e conflitos entre as classes laboral e patronal, período em que “[...] os operários vinham cobrando medidas que regulassem a jornada de trabalho, as condições de higiene, o repouso semanal, as férias, o trabalho de menores e de mulheres, as indenizações por acidente do trabalho” (CARVALHO, 2003, p.63).

De fato, os direitos sociais da classe trabalhadora brasileira que adentram o século XXI, firmaram-se ao longo de décadas do século XX. Nos anos de 1930, surgem os primeiros marcos legais protetivos laborais, dentre os quais, leis previdenciárias e de seguridade social. Na década de 1940, foi implantada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a legislação sindical, disseminadas no discurso do Estado Novo como concessão do poder dominante (BOSI, 2006), e benesse da Revolução de 1930 (LEVINE, 2001). Na esteira desse discurso estatal, a Era Vargas (1930-1945) demarcaria uma política de sindicalização vigilante para o proletariado, cuja organização sindical nasceu inspirada em princípios do sindicalismo revolucionário, cuja concepção era que “[...] o sindicato deveria ser um espaço capaz de superar as diferenças entre os operários [...] na tentativa de fazer que os operários se identificassem antes de tudo como operários” (TOLEDO, 2004, p.69).

Entretanto, no maturar dessa resistência militante do operariado, lutas que extrapolavam o campo do trabalho e se articulavam a outros movimentos e demandas sociais rompiam com o fetichismo do discurso dominante sobre harmonia entre o capital e trabalho. Assim, a Constituição de 1946 reconheceu o conflito de classes ao tratar da liberdade de associação (onde se incluem os sindicatos), reconhecimento das negociações coletivas de trabalho, reconhecimento do direito de greve e a apreciação dos dissídios coletivos de trabalho, pela Justiça do Trabalho, como mecanismos a serem utilizados pela classe trabalhadora assalariada, na esfera da questão social, e nos enfrentamentos pela melhoria das condições de trabalho. No que diz respeito à greve, houve mudança no tratamento dispensado a esta expressão político-social classista, até então tratada como fato antissocial, perturbador da ordem e caso de polícia (BALEIRO, 2001).

Contudo, a submissão de conflitos trabalhistas privados ao Estado estava patenteada. O ente estatal – Justiça do Trabalho, portava-se como um pêndulo sobre as cabeças de trabalhadores(as), pressionados(as) a aceitarem regras impostas pelo patronato, a exemplo de negociarem, em renúncia à greve. Tal situação,

que traduz o poder normativo da Justiça do Trabalho, portanto, da aplicação do Direito do Trabalho, quando dos conflitos nas relações capital e trabalho, no país<sup>3</sup>, manteve-se na Constituição Federal de 1988 (CF/88), evidenciando a escolha do Estado brasileiro em ser capitalista. Assim, a questão social confirmava-se como indissociável à luta de classes, embora “[...] a legalidade da ‘questão social’, tratada no âmbito jurídico, é ainda causa de acentuado temor da participação das classes subalternas” (CERQUEIR FILHO, 1982, p.175).

Nesse olhar, tem-se que a questão social é desafio permanente, tendo em vista que “[...] a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade” (IANNI, 2004, p.91). No contexto brasileiro, trabalhadores(as) urbano-industriais juntaram-se aos demais, em todas as atividades, inclusive do campo, para o enfrentamento a ameaças a direitos, em especial, nos momentos de mudanças e/ou declínio da produção capitalista. Tal mobilização repete-se desde a Primeira República aos dias atuais, no âmbito da simbiose paradoxal secular das relações entre capital e trabalho, inclusive, em articulações além país, nas lutas contra a expansão capitalista e a crescente precarização das relações de trabalho, em um sistema econômico que se reengendra em ordens societais além-fronteiras e em constantes dinâmicas, corroborando que “[...] o movimento do capital, não tem, portanto, limite algum” (MARX, 2004, p.78).

Assim, no século XX, no Brasil, enfrentamentos da questão social firmaram-se como pautas em defesa de proteção, mesmo que permeável, às humanidades dos sujeitos do labor, indo de uma nascente industrialização e organização de categorias laborais, às metamorfoses do sistema, demarcadas por avanços do neoliberalismo econômico e de novos desafios no mundo do trabalho, com progressivas mudanças nas relações de trabalho-emprego, na segunda metade do século XX, como mostra Antunes (2006), o que leva a se pensar na hipótese de Castel (1996) sobre as metamorfoses da questão social que deságuam em questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, em contexto de desmontagem de sistemas de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego, e da consequente desestabilização da ordem do trabalho, mas que não se limita a esta, repercutindo em diferentes setores da vida social, portanto, extrapolando os limites do mundo do trabalho *stricto sensu*.

### **3 | QUESTÃO SOCIAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS: NOVOS DESAFIOS ÀS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES(AS)**

O processo de reprodução do capital, em que pesem suas metamorfoses,

<sup>3</sup> Sobre a matriz liberal do Direito do Trabalho no Brasil, ver Andrade e D'angelo (2016).

visa a produzir excedentes – o lucro, à base de mecanismos matriciais como a compra da força de trabalho na produção de bens e serviços, para o suprimento de necessidades materiais e humanas. As necessidades de aparatos à sustentação do sistema capitalista, em sua fase germinal, ficaram a cargo do sistema bancário, como garantidor de riqueza material e patrimonial (PARKS, 2008).

Na história de sua consolidação, o sistema capitalista assumiu várias feições, tais como capitalismo concorrencial; monopolista; imperialista, parasitário, etc., em diversas ordens de grandeza e de mecanismo de acumulação. Na atualidade, vivemos uma agudização da exclusão dos sujeitos sociais do trabalho, na fase considerada como da financeirização de excedentes, na economia global, em desdobramento do modo original, em refundação ao ciclo primeiro, mas sem perder a natureza que lhe é própria, a da acumulação e da apropriação da riqueza (CHESNAIS, 1996).

Essa financeirização está na origem de investimentos que vão alimentar o mercado mundial, alterando profundamente as configurações das empresas, em novo modo de estruturação da economia mundial, com repercussão direta na força de trabalho. Esta força de trabalho produz esses ativos financeiros, em um contexto no qual empresas industriais associam-se a instituições financeiras, tais como, bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos mútuos, etc., e, assim, “[...] passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais” (IAMAMOTO, 2010, p.108).

Esse processo, no âmbito da globalização econômica, em sua última feição, e em seus efeitos excludentes, ignora os sujeitos sociais que não cabem nessa configuração (IANNI, 2008), cujos resultados e consequências, segundo Santos (2002), advêm de um campo hegemônico consensuado entre as economias mais influentes no sistema-mundo, alcançando dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas. Esse “consenso liberal”<sup>4</sup> (SANTOS, 2002) gera, por outro lado, um campo vasto e intenso de conflitos, alcançando, de forma contundente, os Estados em seus interesses.

Para grande parte da classe trabalhadora, sobra o passivo desse capitalismo excludente, materializado no ônus do desemprego estrutural, na precarização das condições de trabalho, e no retrocesso de direitos conquistados, com o agravamento das condições de vida, ao tempo em que ocorre baixa capilaridade na luta sindical, estando a própria organização sindical sendo objeto de reformas que incidem sobre sua capacidade de resistir (IAMAMOTO, 2010), para fazer frente ao poder hegemônico do capital. Esse poder, na financeirização, atua nos mercados

4 “[...] ou “Consenso de Washington”, por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia” (SANTOS, 2002, p. 27).

especulativos mundiais, regulando as relações sociais e gerando efeitos colaterais, o que, em larga medida, põe em risco os direitos conquistados e a própria democracia (SADER, 2004). Vivemos, assim, um processo de coisificação das pessoas no processo produtivo (WANDERLEY, 2008).

O capitalismo, em sua atual versão, a financeirização, torna possível que, de modo virtual, a mais-valia saia dos espaços da venda de força de trabalho, da produção, além-fronteiras, alcançando e incorporando outros espaços à sua reprodução. Nessa ótica, produz transformações abissais no presente, e delinea cenários de incertezas futuras para milhões de pessoas e para os Estados-Nações. Contudo, mesmo tendo chegado ao estágio volátil de fronteiras à sua reprodução e acumulação, a presença da força de trabalho ainda é necessária no processo de acumulação ampliada. Em contrapartida, trabalhadores(as) submetem-se a condições de trabalho escorchantes e até desumanas, em um mundo de incertezas e instabilidades, em decorrência da chamada flexibilização das normas contratuais (TELLES, 1995), e onde a fragmentação e a dispersão resultantes contrapõem-se à necessidade de organização coletiva.

Uma importante consequência advinda da flexibilização de direitos, que promove a exclusão e afasta trabalhadores(as) de qualquer processo de riqueza material, até mesmo, da sobrevivência, é a perda da cidadania regulada, aquela que lhes insere na vida social pela via do contrato de trabalho<sup>5</sup>. A cidadania, segundo Marshall (1981), na sua visão liberal, que se comunica com as causas da atual exclusão do trabalho, no mundo, encontra obstáculos à sua concretização. O pilar de acesso a ela, a justiça, braço operacional do Estado, não estaria ao alcance de todos, o que, quando trazido para a atualidade, confirma as preocupações de Sader (2004).

Nesse cenário, a classe trabalhadora brasileira encontra-se diante do desmonte do aparato da legislação protetiva do trabalho, e do próprio sistema de proteção constitucional do trabalho no país. Esse desmonte é materializado nas reformas implementadas em 2017, tanto da terceirização irrestrita, quanto da reforma trabalhista<sup>6</sup> cujo objeto principal é a prevalência do negociado sobre o legislado e, ainda, do projeto de reforma trabalhista rural<sup>7</sup>, em andamento no parlamento.

Todos esses desarranjos e a desproteção aos sujeitos do labor compõem a mesma aspiral flexibilizante, visando à revogação da CLT (FARIA; VIANA, 2018). Nessa lógica de redução de direitos e de maximização dos lucros das empresas, são sinalizadas práticas negativas e coesas com os horizontes do trabalho no mundo,

5 Para uma reflexão crítica sobre contrato de trabalho, ver Andrade e D'angelo (2016).

6 As Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017 tratam da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm).

7 Projeto de Lei nº 6442/2016 propõe mudanças na legislação que protege o trabalho rural assalariado, em desmonte do sistema de proteção ao trabalho no país.



como expusemos, acima. Assim, a questão social é agravada nesse contexto, restando aos sujeitos do labor reinventar o movimento sindical, em um processo de recriação coletiva e de luta permanente, em tensionamentos com o capital. Essas lutas serão medidas pela capacidade de organização e pelas estratégias políticas (VIANA, 2018), aprendidas e apreendidas, no maturar da consciência acerca da assimetria pela qual a questão social traduz uma arena permanente na qual a aporia fundante do capitalismo, sempre renovada, traz novos desafios.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve abordagem sobre a questão social, como parte inafastável da luta do operariado, produzida e reproduzida na medida das crises do capital, apontamos para o contexto atual no mundo e no Brasil, em algumas trilhas abertas pela pesquisa bibliográfica e documental. Assim, participamos do debate acerca do tema da questão social no que respeita às próprias condições de vida material, social e política da classe trabalhadora, na dialética das relações entre o capital e o trabalho, cuja aporia fundante alimenta, sempre, novas demandas na arena da luta de classes.

Reiteramos que, nas arenas do capitalismo, trabalhadores e trabalhadoras veem-se impelidos(as) a buscarem melhorias às suas condições de vida e trabalho, que, em larga medida, protege os seres humanos do labor contra a própria barbárie social de sistemas econômicos excludentes. Assim, a questão social pode ser vista como um tecido radiográfico, marcando as tessituras do tecido social, de forma nada silenciosa. Conforme a história tem demonstrado, por um lado, trabalhadores e trabalhadoras constroem resiliências, sobretudo, de forma coletiva, expressa nos movimentos sindicais, em alianças com outros movimentos. Por outro lado, o capital apresenta, também, sua capacidade permanente de recriar formas de expropriação, aprofundando a questão social e desafiando trabalhadores e trabalhadoras a vivenciarem novas formas de lutas e de enfrentamentos, com vozes e ações que externem os medidores da capacidade de reinvenções coletivas e plurais.

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **A era da informatização e a época da informalização** – riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p.15-25.

BALEIRO, Aliomar. **A Constituição de 1946**. Brasília: Senado Federal, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTEL, Robert. As transformações da questão social. **Palestra**. Seminário Internacional: “A questão social no contexto da globalização”. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 14 a 17 de outubro de 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2019/06/As-Transforma%C3%A7%C3%B5es-da-Quest%C3%A3o-Social-Robert-Castel.pdf>
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CELLARD, André. Análise documental. *In: Jean Poupart et al. In: A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda, 1996.
- FARIA, Fernanda Nigri; VIANA, Márcio Túlio (Coord). **Movimentos sociais versus retrocessos trabalhistas: poder e resistência no mundo do trabalho**. São Paulo: LTr Editora Ltda, 2018.
- CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **A “questão social” no Brasil**. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FURLAN, Vera. Irma. O estudo de textos teóricos. *In: Maria Cecília de Carvalho (org.). Construindo o saber*. Metodologia científica, instrumentos e técnicas. Campinas, SP: Papirus, 1987, p. 119-128.
- GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica *versus* revisão bibliográfica – uma discussão necessária. **Revista línguas e letras**, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**. Florianópolis v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O capital**. Extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil Ltda, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**, 1849. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. **Pesquisa social** – questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 205-230.

PAULO NETO, José. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS**. Brasília: Grafiline, 2001.

PARKS, Tim. **O banco Médici**. Poder, dinheiro e arte na Florença do Século XV. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SADER, Emir. **Direitos e esfera pública**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SPINK, Peter Kevin. Análise de documentos de domínio público. *In*: Mary Jane Spink (org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 123-151.

TELLES, Vera da Silva. Questão social afinal, do que se trata. **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, v. 10, n. 4, 1995.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Márcio Túlio. Livrem-nos da livre negociação: aspectos subjetivos da reforma trabalhista. FARIA, Fernanda Nigri. VIANA, Márcio Túlio (coord.). *In*: **Movimentos sociais versus retrocessos trabalhistas**: poder e resistência no mundo do trabalho. São Paulo: LTr Editora Ltda, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. *In*: P. A. Vieira; R. Lima Vieira; F. A. Filomeno (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., 2012, p.17-28.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (org.). **Desigualdade e a questão social**. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. São Paulo: EDUC-PUC/SP, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Site consultado:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm). Acesso em: 09 dez.2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acidente 39, 272, 274

Adoção 48, 147, 237, 273, 274, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Adolescente 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 314, 340

Assistência Social 19, 20, 21, 24, 46, 47, 51, 53, 54, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 124, 171, 223, 226, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 264, 266, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 314, 315, 320, 321, 323, 324, 350

Assistente Social 21, 54, 115, 168, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 227, 230, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 281, 286, 287, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 350

### B

Bolsa Família 18, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 74, 284

Brasil 1, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 121, 122, 126, 127, 130, 141, 142, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 186, 193, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 229, 233, 237, 241, 242, 247, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 264, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 280, 285, 291, 295, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 348

Brasileira 1, 4, 5, 7, 10, 12, 18, 20, 21, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 75, 78, 83, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 121, 123, 126, 127, 142, 144, 150, 153, 154, 160, 161, 163, 185, 191, 192, 193, 195, 207, 209, 210, 223, 231, 232, 233, 234, 237, 242, 248, 253, 257, 258, 281, 296, 300, 316, 317, 324, 338, 339, 342, 344, 346, 347, 348, 349

Brasileiro 2, 8, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 50, 58, 65, 66, 70, 98, 115, 121, 122, 124, 127, 142, 145, 150, 161, 167, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 234, 235, 242, 253, 254, 255, 257, 259, 265, 266, 272, 273, 275, 277, 280, 296, 305, 338, 342, 344, 346, 348

### C

Cidadania 14, 17, 18, 20, 24, 27, 29, 30, 32, 42, 44, 46, 55, 63, 67, 70, 74, 123, 124, 131, 132, 134, 140, 145, 163, 187, 214, 244, 278, 279, 291, 315, 318, 320, 323, 327

Classe 2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 71, 76, 77, 79, 84, 86, 117, 118, 121, 125, 126, 127, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 180, 186, 211, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 255, 256, 257, 265, 286, 287, 291, 295, 301, 304, 306, 307, 308, 309, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 343, 348

Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 21, 28, 29, 31, 34, 39, 40, 43, 54, 57, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 160, 168, 178, 179, 180, 222, 232, 234, 242, 247, 306, 307, 308, 310, 311, 329, 333, 335, 348

Conservadorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 49, 122, 126, 209, 211, 226, 235, 238, 242, 291

Contrarreforma 57, 61, 104, 105, 114, 149, 220, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 242, 253, 266

Controle Social 53, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 110, 113, 123, 124, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 168, 257, 266, 293, 318

Criança 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 168, 314, 321, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348

## D

Desigualdade 4, 21, 45, 56, 57, 59, 60, 62, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 227, 235, 237, 257, 258, 317, 330, 339

Dimensão 2, 3, 114, 118, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 219, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 249, 251, 253, 255, 274, 279, 309, 323, 324, 329

Dimensão Investigativa 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210

Direitos 6, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 145, 149, 156, 165, 166, 167, 169, 186, 189, 198, 201, 207, 211, 216, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 257, 258, 271, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 315, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 347, 348, 350

Drogas 102, 131, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 321

## E

EBSERH 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Educação 17, 18, 19, 20, 21, 58, 66, 67, 70, 71, 78, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 107, 110, 112, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 186, 191, 193, 200, 214, 223, 226, 229, 242, 249, 250, 253, 258, 259, 264, 267, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 291, 314, 316, 317, 339, 340, 342

Encarceramento 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169

Escravidão 36, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55

Escravo 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55

Estado 3, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 56, 62, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 86, 90, 96, 97, 101, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 142, 144, 145, 157, 159, 163, 165, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 208, 211, 220, 221, 222, 233, 234, 235, 240, 244, 247, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 266, 268, 277, 279, 281, 284, 285, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 304, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 324, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335

Estágio 36, 42, 156, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 226, 269, 270, 278, 281, 284, 287, 289, 290, 301



## F

Família 4, 18, 25, 28, 29, 31, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81, 84, 90, 95, 96, 138, 146, 150, 153, 163, 167, 172, 174, 179, 181, 192, 205, 244, 252, 261, 278, 285, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 340, 347, 350

Formação 1, 2, 6, 7, 8, 14, 20, 25, 26, 30, 38, 47, 48, 49, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 109, 113, 116, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 140, 141, 144, 149, 153, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 241, 242, 249, 253, 270, 279, 280, 283, 285, 287, 290, 291, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 310, 321, 323, 330, 341, 342, 343, 347

## G

Gênero 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 85, 149, 156, 210, 220, 232, 235, 297, 303, 304, 311, 330

Gestão 4, 12, 17, 20, 30, 51, 70, 79, 80, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 154, 170, 171, 174, 181, 187, 204, 226, 235, 245, 246, 248, 257, 262, 265, 267, 298, 299, 318, 321, 322, 324, 336, 347

## H

Hegemonia 1, 5, 6, 8, 11, 19, 21, 115, 118, 119, 120, 125, 126, 156, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 248

## I

Ideologia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 17, 18, 63, 72, 81, 115, 117, 118, 145, 236, 238, 295, 315, 341

Indicador 191, 243, 245, 249, 250, 252, 261, 323

Instrumentalidade 198, 199, 200, 202, 207, 251, 313, 314, 323

## L

Luta 1, 3, 5, 6, 10, 13, 20, 31, 32, 38, 40, 41, 43, 54, 56, 58, 61, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 114, 125, 126, 127, 154, 156, 209, 219, 220, 221, 226, 227, 232, 234, 239, 242, 259, 306, 309, 310, 311, 334, 346, 348

## M

Matricial 35, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

Mercado de Trabalho 30, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 146, 147, 164, 185, 197, 214, 215, 216, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 295, 296, 298, 315, 316

Microssseguro 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182

MST 224, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312

Mulher 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 72, 84, 127, 317

Multiprofissional 109, 208, 209, 213, 350

## N

Negra 155, 157, 159, 160, 167, 168, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 347  
Negras 167, 338, 339, 340, 341, 344, 346, 347  
Negro 160, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349  
Negros 145, 153, 162, 297, 339, 341, 345, 348, 349  
Neoliberal 17, 18, 57, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 104, 105, 114, 116, 122, 156, 163, 197, 219, 220, 223, 234, 235, 236, 238, 256, 257, 258, 259, 291, 295, 317, 326, 327, 328, 334, 335  
Neoliberalismo 13, 40, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 104, 119, 122, 131, 160, 217, 218, 219, 224, 233, 234, 258, 286

## P

Pedagógica 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 191, 204, 279  
PNH 88, 89, 92, 94, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113  
Política 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 185, 186, 191, 197, 199, 201, 204, 205, 207, 209, 211, 214, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 336, 340, 348, 350  
Política Social 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32, 33, 78, 82, 84, 98, 101, 130, 170, 223, 225, 229, 241, 242, 254, 259, 267, 316, 322, 323, 324, 325, 350  
Proibicionismo 155, 157, 159, 160, 161, 162, 166, 168  
Proibicionista 157, 158, 160, 161, 162  
Projeto Ético Político 114, 184, 185, 186, 190, 210, 211, 239, 287  
Proteção Social 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 77, 87, 108, 174, 175, 180, 249, 250, 258, 261, 262, 266, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 324, 325

## Q

Questão Social 10, 14, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 54, 55, 59, 77, 87, 102, 123, 127, 156, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 214, 218, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 248, 250, 258, 267, 270, 278, 280, 286, 291, 295, 296, 298, 308, 318, 328, 329, 330, 334, 336

## R

Racismo 122, 166, 226, 338, 339, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 349  
Reforma 13, 20, 21, 32, 42, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 90, 101, 102, 104, 105, 113, 114, 181, 182, 222, 231, 232, 233, 235, 241, 242, 255, 256, 259, 309, 310, 311, 332  
Renda 13, 18, 32, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 131, 146, 149, 167, 182, 262, 264, 272, 277, 288, 303, 316, 322

## S

Saúde 17, 18, 19, 20, 21, 32, 38, 51, 66, 67, 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 131, 138, 148, 159, 161, 162, 165, 172, 180, 216, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 296, 314, 315, 316, 317, 321, 324, 329, 340, 350

Segurança 17, 30, 31, 38, 85, 100, 120, 159, 162, 163, 171, 180, 182, 239, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 300, 315, 316, 332

Serviço Social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 32, 34, 44, 45, 46, 54, 55, 62, 73, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 113, 114, 115, 127, 153, 156, 168, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 348, 350

Sociedade 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 141, 145, 147, 153, 154, 157, 159, 165, 168, 169, 181, 185, 190, 191, 196, 197, 207, 209, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 253, 255, 257, 258, 259, 269, 270, 277, 279, 280, 285, 291, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 324, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 346, 347

Sociedade Civil 25, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 105, 106, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 139, 221, 222, 258, 296, 324, 333, 334

Sociojurídico 336, 337, 338, 347

Sócio jurídico 326, 327, 332

SUAS 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 74, 77, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 108, 109, 114, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 148, 149, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 167, 176, 177, 185, 187, 190, 197, 201, 211, 214, 220, 221, 222, 224, 226, 233, 236, 237, 245, 246, 248, 249, 251, 255, 257, 261, 263, 264, 267, 270, 271, 275, 279, 280, 284, 286, 289, 300, 302, 303, 306, 307, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 334, 335, 339, 345

SUS 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 272, 281

## T

Trabalho 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61,

62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 131, 135, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 152, 156, 159, 164, 167, 170, 173, 175, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342

Trânsito 68, 255, 259, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**